**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB
DIRETORIA DE GESTÃO DE ESTOQUES - DIGES
SUPERINTENDÊNCIA DE OPERAÇÕES - SUOPE
GERÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO - GECOM**

**AVISO DE LEILÃO DE PRÊMIO DE RISCO PARA AQUISIÇÃO DE SOJA EM GRÃOS
ORIUNDO DE CONTRATO PRIVADO DE OPÇÃO DE VENDA Nº 139/06**

1. DO OBJETO

1.1. Leilão de prêmio de risco para a aquisição de 51.853 contratos de soja em grãos, safras 2005/2006 e 2006, oriundos de Contrato Privado de Opção de Venda, a ser lançado pelo arrematante do prêmio de risco, de acordo com os Anexos I e II deste Aviso, distribuídos conforme segue:

**2.941 contratos para o Estado da Bahia;
239 contratos para o Distrito Federal;
9.474 contratos para o Estado de Goiás;
6.606 contratos para o Estado do Mato Grosso do Sul;
1.467 contratos para o Estado Maranhão;
3.897 contratos para o Estado de Minas Gerais;
379 contratos para o Estado do Pará;
9.16 contratos para o Estado do Piauí;
377 contratos para o Estado de Rondônia;
18.467 para a região norte do Estado do Mato Grosso, conforme anexo VII;
5.927 para a região sul do Estado do Mato Grosso, conforme anexo VII;
1.163 contratos para o Estado do Tocantins.**

2. DA DATA E DO HORÁRIO DO LEILÃO ELETRÔNICO: dia **02/06/2006**, após a realização do leilão objeto do Aviso 138/06.

3. DA MODALIDADE, DO SISTEMA E DO LOCAL DO LEILÃO: na modalidade "CARTELA", por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab – SEC, em Brasília – DF.

4. DOS PARTICIPANTES

4.1. Poderá participar do leilão qualquer interessado que adquira, na Unidade da Federação de plantio definida no anexo I, a soja em grãos de produtores rurais e/ou suas cooperativas ao preço de exercício definido no subitem 7.1.4. e comprove a venda e/ou escoamento da soja em grãos.

4.2. Na data de realização do leilão os participantes deverão estar devidamente cadastrados perante a Bolsa por meio da qual pretendam realizar a operação, e em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, no Sistema de Registro e Controle de Inadimplentes da Conab – SIRCOI e no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN.

4.3. Entende-se por participante o arrematante do prêmio de risco em nome do qual toda documentação será emitida.

4.4. Cada participante só poderá fazer-se representar por intermédio de uma única bolsa e um único corretor, para o mesmo lote.

4.5. A cooperativa na condição de comerciante poderá condicionar a negociação de seus contratos privados pelos seus cooperados.

5. DA CONFIRMAÇÃO DA OPERAÇÃO: será emitido um único Documento Confirmatório da Operação - DCO, para cada arrematante, por Bolsa, para um mesmo lote, entendido que em se tratando de diferentes inscrições estaduais poderá ser emitido um DCO para cada inscrição.

6. DA FORMA DE COTAÇÃO E DO VALOR MÁXIMO DO PRÊMIO DE RISCO

6.1. O leilão de prêmio de risco será ofertado de forma percentual decrescente (prêmio máximo igual a 100%).

6.2. Valor máximo do prêmio de risco por contrato, considerando a UF de origem do produto :

<i>Uf de origem</i>	<i>Valor máximo do prêmio de risco - R\$ p/ 60 kg</i>	<i>Valor máximo do prêmio de risco - R\$ p/ contrato</i>
BA	3,50	1.575,00
DF	2,00	900,00
GO	2,00	900,00
MS	3,50	1.575,00
MA	3,50	1.575,00
MG	2,00	900,00
PA	6,00	2.700,00
PI	3,50	1.575,00
RO	6,00	2.700,00
NORTE – MT	6,00	2.700,00
SUL - MT	3,50	1.575,00
TO	3,50	1.575,00

7. DOS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS PELO ARREMATANTE DO PRÊMIO DE RISCO, APÓS O ARREIMATE EM LEILÃO.

7.1. Encaminhar via fax (0xx.61.3226-6671) a autorização para o lançamento dos Contratos Privados de Opção de Venda da soja em grãos, para a realização do leilão, por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização da CONAB – SEC, de acordo com o Anexo III deste Aviso, até o dia **05/06/06**, com as seguintes condições:

7.1.1. Participantes: produtores rurais e/ou suas cooperativas

7.1.1.1. Cada produtor só poderá participar com no máximo 110 (cento e dez) contratos no leilão.

7.1.1.2. Os produtores rurais e/ou suas cooperativas deverão apresentar Declaração na forma dos Anexos IV ou V, devendo o original ser encaminhado à Superintendência Regional da Conab (Anexo VI), que jurisdiciona a UF do contrato arrematado até o **15º dia** da realização do leilão de Contratos Privados. A não apresentação da Declaração acarretará no cancelamento da operação.

7.1.1.2.1. O original da Declaração deverá conter assinatura com firma reconhecida em cartório e o atesto de Sindicatos de Produtores Rurais, Associações e Cooperativas de Produtores Rurais, Emater, Órgão de Extensão Rural ou Prefeituras Municipais.

7.1.1.2.2.As declarações atestadas por associações e cooperativas de produtores só serão aceitas quando as mesmas não forem as arrematantes da operação. Caso o titular já tenha participado de Avisos anteriores e apresentado a Declaração, poderá encaminhar a cópia autenticada da Declaração para o cumprimento desta exigência.

7.1.1.3.O produtor rural não poderá arrematar título de Contrato Privado caso faça parte da empresa lançadora do contrato na qualidade de sócio e/ou arrendatário. Esta disposição não se aplica quando o lançador do contrato for uma cooperativa.

7.1.2. Valor de abertura do prêmio do Contrato Privado a ser cotado de forma crescente.

<i>Uf de origem</i>	<i>Valor de abertura do prêmio de contrato privado em R\$</i>
BA	21,15
DF	21,60
GO	21,60
MS	21,15
MA	21,15
MG	21,60
PA	20,25
PI	21,15
RO	20,25
NORTE -MT	20,25
SUL – MT	21,15
TO	21,15

7.1.3. Data para pagamento do valor de fechamento do prêmio: até o 5º dia útil após a realização do leilão de lançamento de Contrato Privado de Opção de Venda, devendo o valor correspondente estar disponível na conta corrente do lançador do Contrato Privado.

7.1.4. Preço de Exercício (Valor de Referência ou Preço de Referência) dependendo da UF de origem, para a soja em grãos 14 % de Umidade e até 1% de impureza, aplicando deságio de acordo com o produto entregue, sendo que o ICMS (se devido) e outros tributos serão de sua inteira responsabilidade, pautando-se na legislação tributária vigente na UF de origem do produto :

7.1.4.1. Tabela de Preço de Exercício:

<i>Uf de origem</i>	<i>Preço de exercício – R\$ p/ 60 kg</i>	<i>Preço de exercício – R\$ p/contrato</i>
BA	23,50	10.575,00
DF	24,00	10.800,00
GO	24,00	10.800,00
MS	23,50	10.575,00
MA	23,50	10.575,00
MG	24,00	10.800,00
PA	22,50	10.125,00
PI	23,50	10.575,00
RO	22,50	10.125,00
NORTE -MT	22,50	10.125,00
SUL – MT	23,50	10.575,00
TO	23,50	10.575,00

7.1.4.2. Tabela de deságio

Especificações da Soja

	Tolerancia	Máximo
Umidade	14%	18%
Impureza	1%	3%
Ardido	5%	5%
Avariado	3%	7%
	} Soma	} Soma*

* Ardido mais avariado pode variar de 8 a 12. Porém ardido não pode superar o limite máximo de 5%.

Desconto / Deságio no Preço

Umidade	Acima	14% = 1.5% x 1.0%
Impureza	Acima	1% = 1.0% x 1.0%
Ardidos/Avariados	Acima	8% = 1.0% x 1.0%

7.1.5. Data de vencimento do exercício da opção: **16/06/2006**. O titular do Contrato Privado, a seu livre arbítrio, tem a escolha do exercício da opção. Se optar pelo exercício, tem a obrigação de efetuar a entrega do produto na especificação e no local indicado no Edital.

7.1.6. Data máxima para confirmação do exercício da opção:

7.1.6.1. Pelo titular do Contrato Privado na Bolsa: **13/06/2006**.

7.1.6.2. Pela Bolsa na Conab: **16/06/2006**.

7.1.7. Período para venda e entrega efetiva do produto: de **19/06 a 03/07/2006**.

7.1.8. Prazo para pagamento do produto ao titular do Contrato Privado: até **08** (oito) dias após a entrega efetiva do produto, podendo ser antecipado, desde que a data do pagamento seja igual ou posterior ao exercício da opção.

7.1.8.1. No caso de Cooperativa a mesma poderá apresentar o comprovante de adiantamento realizado ao Titular do Contrato Privado, com data anterior ao da realização do leilão, sendo que o complemento de valor deverá ser realizado no prazo aqui previsto e desde que na conta corrente do referido Titular.

7.1.9. Local de entrega do produto: na mesma UF do produto objeto do lote arrematado. Será permitida a alteração do local de depósito constante do Edital até um dia antes da realização do leilão. Após a efetivação da operação, a mudança de endereço de depósito só será autorizada desde que acordada entre o titular e o lançador do Contrato Privado e apresentado à Conab **até o dia do exercício da opção** o pacto firmado entre as partes, sendo mantida para a entrega do produto a mesma UF de origem do produto. O titular do Contrato Privado terá, obrigatoriamente, que informar na data do exercício da opção o endereço para entrega do produto entre as opções disponibilizadas pelo lançador do contrato privado.

7.1.9.1. O local de entrega do produto só poderá ser Unidade Armazenadora cadastrada pela Conab. O cadastramento poderá ser solicitado diretamente na Superintendência Regional da Conab (Anexo VI) que jurisdiciona o local de depósito.

7.2. Não admitir a transferência de titularidade do Contrato Privado de Opção de Venda.

7.3. No período estabelecido no subitem 7.1.7, o lançador do contrato privado de opção de venda deverá manter disponível, no depósito indicado para entrega do produto, o mapeamento do armazém, de forma que possam ser identificadas a quantidade e a qualidade do produto objeto da operação.

8. DO LANÇAMENTO DO CONTRATO PRIVADO DE OPÇÃO DE VENDA PELO SEC

8.1. A Conab divulgará o Edital de Contrato Privado de Opção de Venda, para a realização do leilão no dia **08/06/2006**, sendo a reoferta do saldo nos dias subseqüentes, com data limite de **09/06/2006**, consoante o estabelecido no item 7 e na forma do Anexo II deste Aviso.

8.2. A Conab cancelará as operações dos Contratos Privados não negociados até o dia **09/06/2006**.

9. DA COMPROVAÇÃO DA OPERAÇÃO PARA O RECEBIMENTO DO PRÊMIO DE RISCO

- 9.1.** Data limite para comprovação do escoamento : **30/11/06**
- 9.2. Do local de entrega da documentação comprobatória: Superintendência Regional da Conab (Anexo VI) que jurisdiciona o domicílio do arrematante do prêmio de risco.
- 9.3. A operação é individual por NNP, não sendo permitido que uma Nota Fiscal corresponda a mais de uma NNP. Porém é facultado que uma NNP tenha correlação com mais de uma Nota Fiscal e mais de um destino. Não será admitida comprovação parcial.
- 9.4. . Deverá ser entregue cópia de toda a documentação exigida na comprovação, acompanhada do respectivo original, para autenticação da mesma pela Conab, quando as Notas receberão carimbo onde constará que o produto é objeto de Subvenção Econômica do Governo, via PROP. Será dispensada a apresentação da documentação original quando a cópia for autenticada em cartório ou por funcionário da Conab.
- 9.5. Serão exigidos os seguintes documentos, para efeito de comprovação da operação, quando o arrematante do Prêmio de Risco for uma Indústria:
 - 9.5.1. Cópia do DCO.
 - 9.5.2. Cópia da NNP.
 - 9.5.3. Original do comprovante de depósito bancário correspondente ao valor do prêmio, na conta corrente do lançador do Contrato Privado de Opção de Venda, observada a data de emissão prevista no subitem 7.1.3.
 - 9.5.4. Nota Fiscal de Venda emitida pelo Titular do Contrato Privado ou Nota Fiscal de Entrada ou de Fixação de preço pelo lançador do contrato, com data correspondente ao período de entrega constante no subitem 7.1.7, pelo valor de exercício da opção, contendo os carimbos dos postos fiscais de origem e destino (quando for o caso).
 - 9.5.5. Notas Fiscais de Movimentação do produto (quando for o caso) emitidas pelo Titular do Contrato Privado ou da Unidade de Depósito para o lançador do Contrato, com data igual ou posterior à Nota Fiscal de Venda constante do subitem 9.5.4. contendo os carimbos dos postos fiscais de origem e destino (quando for o caso).
 - 9.5.6. Nota Fiscal de Remessa para armazenagem, emitida pelo Lançador do Contrato Privado para o endereço constante da N.N.P, com data igual ou posterior a Nota Fiscal de Venda constante do subitem 9.5.4 (quando for o caso).
 - 9.5.7. Nota Fiscal de Retorno, emitida pelo armazenador ou Titular do Contrato Privado, correspondente à Nota fiscal de Remessa constante do subitem 9.5.6, contendo os carimbos dos postos fiscais de origem e destino do produto (quando for o caso).
 - 9.5.8. Nota fiscal de transferência da soja para Unidade Industrial cujo endereço deverá ser o constante do DCO, contendo os carimbos dos postos fiscais de origem e destino (quando for o caso).
 - 9.5.9. Nota Fiscal de Venda a um comprador final comprovando a venda do óleo de soja na proporção de 18% (dezoito por cento) da quantidade de soja correspondente à NNP, ou 79% (setenta e nove por cento) de farelo de soja da quantidade de soja correspondente à NNP, quando se tratar de uma Indústria sediada na UF de origem do produto.

- 9.5.10. Original do comprovante de depósito bancário correspondente ao valor da operação, na conta corrente do Titular do Contrato Privado de Opção de Venda observada a data de emissão prevista no subitem 7.1.7..
- 9.5.11. Cópia do Conhecimento de Transporte, no caso de transportadora; Recibo de Pagamento Autônomo – RPA e comprovante de recolhimento de ICMS sobre frete, no caso de autônomo; declaração de que o transporte é próprio, acompanhada de cópia autenticada do documento do veículo, no caso de transporte realizado pela própria empresa arrematante, quando se tratar de transporte rodoviário da origem da produção até o destino final.
- 9.5.12. Cópia do ticket de pesagem emitido por qualquer balança aferida pelo órgão fiscal responsável, no local de destino do produto, quando se tratar de transporte rodoviário, quando for o caso. Na impossibilidade de se emitir o ticket eletrônico poderá ser utilizada balança manual desde que se apresente declaração do proprietário do estabelecimento da balança contendo o peso do produto.
- 9.5.13. Cópia do ticket de pesagem, cópia do despacho de carga em lotação, quando se tratar de transporte ferroviário da origem da produção até o destino final.
- 9.5.14. Cópia autenticada do Livro de Registro de Entradas e Saídas de Mercadorias ou cópia do relatório gerado por processamento eletrônico de dados para confronto com as Notas Fiscais, da Indústria constante do DCO, quando se tratar de transporte rodoviário.
- 9.5.15. Cópia autenticada do conhecimento de transporte aquaviário de cargas e original da certidão de descarga emitida pelo terminal recebedor do porto de destino, quando se tratar de transporte aquaviário.
- 9.6. Serão exigidos os seguintes documentos, para efeito de comprovação da operação, quando o arrematante do Prêmio de Risco for um comerciante:
- 9.6.1. Quando o produto for destinado a uma unidade industrial, da mesma UF ou não, ou para qualquer comprador final desde que sediado fora da UF de origem do produto:
- 9.6.1.1. Cópia do DCO.
- 9.6.1.2. Cópia da NNP.
- 9.6.1.3. Original do comprovante de depósito bancário correspondente ao valor do prêmio, na conta corrente do Lançador do Contrato Privado de Opção de Venda, observada a data de emissão prevista no subitem 7.1.3..
- 9.6.1.4. Nota Fiscal de Venda emitida pelo Titular do Contrato Privado ou Nota Fiscal de Entrada ou de Fixação de preço pelo lançador do contrato, pelo valor de exercício da opção, com data correspondente ao período de entrega constante no subitem 7.1.7.
- 9.6.1.5. Notas Fiscais de Movimentação do produto (quando for o caso) emitidas pelo Titular do Contrato Privado ou da Unidade de Depósito para o lançador do Contrato, com data igual ou posterior à Nota Fiscal de Venda constante do subitem 9.5.4. contendo os carimbos dos postos fiscais de origem e destino (quando for o caso).
- 9.6.1.6. Nota Fiscal de Remessa para armazenagem, emitida pelo lançador do contrato privado para o endereço constante da N.N.P, com data igual ou posterior a Nota Fiscal de Venda constante do subitem 9.5.4 (quando for o caso).

- 9.6.1.7. Nota Fiscal de Retorno, emitida pelo armazenador ou titular do Contrato Privado, correspondente à Nota fiscal de Remessa constante do subitem 9.4.7, contendo os carimbos dos postos fiscais de origem e destino do produto (quando for o caso).
- 9.6.1.8. Original do comprovante de depósito bancário correspondente ao valor da operação, na conta corrente do titular do Contrato Privado de Opção de Venda.
- 9.6.1.9. Cópia do Conhecimento de Transporte, no caso de transportadora; Recibo de Pagamento Autônomo – RPA e comprovante de recolhimento de ICMS sobre frete, no caso de autônomo; declaração de que o transporte é próprio, acompanhada de cópia autenticada do documento do veículo, no caso de transporte realizado pela própria empresa arrematante, quando se tratar de transporte rodoviário da origem da produção até o destino final.
- 9.6.1.10. Cópia do ticket de pesagem emitido por qualquer balança aferida pelo órgão fiscal responsável, no local de destino do produto, quando se tratar de transporte rodoviário, quando for o caso. Na impossibilidade de se emitir o ticket eletrônico poderá ser utilizada balança manual desde que se apresente declaração do proprietário do estabelecimento da balança contendo o peso do produto.
- 9.6.1.11. Cópias autenticadas do ticket de pesagem e do despacho de carga em lotação, quando se tratar de transporte ferroviário da origem da produção até o destino final.
- 9.6.1.12. Cópia autenticada do Livro de Registro de Entradas e Saídas de Mercadorias ou cópia do relatório gerado por processamento eletrônico de dados para confronto com as Notas Fiscais, do comerciante, quando se tratar de transporte rodoviário.
- 9.6.1.13. Cópia autenticada do conhecimento de transporte aquaviário de cargas ou bill of landing - bl e original da Certidão de Descarga emitida pelo terminal recebedor do porto de destino, quando se tratar de transporte aquaviário.
- 9.6.1.14. Nota Fiscal de Venda da soja em grãos, emitida pelo lançador do contrato, para uma Unidade Industrial, dentro da mesma UF ou não, ou para qualquer comprador final desde que sediado fora da UF de origem do produto.
- 9.6.1.15. Nota Fiscal de Venda do produto beneficiado emitida pela Indústria compradora do produto objeto da Nota Fiscal do subitem 9.6.1.14. a um comprador final comprovando a venda do óleo de soja na proporção de 18% (dezoito por cento) da quantidade de soja correspondente à NNP, ou 79% (setenta e nove por cento) de farelo de soja da quantidade de soja correspondente à NNP, quando se tratar de comerciante vendendo para uma Indústria dentro da mesma UF de origem do produto.

9.6.2. Quando o produto for enviado para transformação, a uma empresa terceirizada:

9.6.2.1. Cópia do DCO.

9.6.2.2. Cópia da NNP.

9.6.2.3. Original do comprovante de depósito bancário correspondente ao valor do prêmio, na conta corrente do Lançador do Contrato Privado de Opção de Venda, observada a data de emissão prevista no subitem 7.1.3..

9.6.2.4. Nota Fiscal de Venda emitida pelo Titular do Contrato Privado ou Nota Fiscal de Entrada ou de Fixação de preço pelo lançador do contrato, pelo valor de exercício

da opção, com data correspondente ao período de entrega constante no subitem 7.1.7.

- 9.6.2.5. Notas Fiscais de Movimentação do produto (quando for o caso) emitidas pelo Titular do Contrato Privado ou da Unidade de Depósito para o lançador do Contrato, com data igual ou posterior à Nota Fiscal de Venda constante do subitem 9.5.4. contendo os carimbos dos postos fiscais de origem e destino (quando for o caso).
- 9.6.2.6. Nota Fiscal de Remessa para armazenagem, emitida pelo lançador do contrato privado para o endereço constante da N.N.P, com data igual ou posterior a Nota Fiscal de Venda constante do subitem 9.5.4 (quando for o caso).
- 9.6.2.7. Nota Fiscal de Retorno, emitida pelo armazenador ou titular do Contrato Privado, correspondente à Nota fiscal de Remessa constante do subitem 9.6.2.6, contendo os carimbos dos postos fiscais de origem e destino do produto (quando for o caso).
- 9.6.2.8. Original do comprovante de depósito bancário correspondente ao valor da operação, na conta corrente do titular do Contrato Privado de Opção de Venda.
- 9.6.2.9. Cópia da Nota Fiscal de Remessa para industrialização emitida pelo Lançador do Contrato, cuja data de emissão deverá ser igual ou posterior à da data de emissão da Nota Fiscal de Venda exigida no subitem 9.6.2.4., contendo os carimbos dos postos fiscais de origem e destino do produto (quando for o caso).
- 9.6.2.10. Cópia da Nota Fiscal de Retorno de mercadoria recebido para industrialização, cuja data de emissão seja igual ou posterior à data de emissão da Nota Fiscal de Remessa definida no subitem 9.6.2.9., contendo os carimbos dos postos fiscais de origem e destino do produto (quando for o caso).
- 9.6.2.11. Cópia da Nota Fiscal de prestação de serviço relativa a terceirização.
- 9.6.2.12. Nota Fiscal de Venda a um comprador final comprovando a venda do óleo de soja na proporção de 18% (dezoito por cento) da quantidade de soja correspondente à NNP, ou 79% (setenta e nove por cento) de farelo de soja da quantidade de soja correspondente à NNP.
- 9.6.2.13. Cópia do Conhecimento de Transporte, no caso de transportadora; Recibo de Pagamento Autônomo – RPA e comprovante de recolhimento de ICMS sobre frete, no caso de autônomo; declaração de que o transporte é próprio, acompanhada de cópia autenticada do documento do veículo, no caso de transporte realizado pela própria empresa arrematante, quando se tratar de transporte rodoviário da origem da produção até o destino final.
- 9.6.2.14. Cópia do ticket de pesagem emitido por qualquer balança aferida pelo órgão fiscal responsável, no local de destino do produto, quando se tratar de transporte rodoviário, quando for o caso. Na impossibilidade de se emitir o ticket eletrônico poderá ser utilizada balança manual desde que se apresente declaração do proprietário do estabelecimento da balança contendo o peso do produto.
- 9.6.2.15. Cópias autenticadas do ticket de pesagem e do despacho de carga em lotação, quando se tratar de transporte ferroviário da origem da produção até o destino final.

9.6.2.16. Cópia autenticada do Livro de Registro de Entradas e Saídas de Mercadorias ou cópia do relatório gerado por processamento eletrônico de dados para confronto com as Notas Fiscais, do comerciante, quando se tratar de transporte rodoviário.

9.6.2.17. Cópia autenticada do conhecimento de transporte aquaviário de cargas ou bill of landing - bl e original da Certidão de Descarga emitida pelo terminal recebedor do porto de destino, quando se tratar de transporte aquaviário.

9.7. As cooperativas de produtores rurais, quando arrematarem o Prop na qualidade de comerciantes, poderão utilizar para efeito de comprovação de pagamento ao produtor a apresentação de documentos emitidos tanto pela unidade central (matriz) quanto pelas suas filiais, independentemente do CNPJ que consta no respectivo DCO.

9.8. Se o produto for removido do estabelecimento da cooperativa para outro estabelecimento, deverão ser apresentadas as competentes notas fiscais de remessa ou transferência, quando for o caso, sendo que a nota fiscal de venda a um comprador final deverá ser emitida utilizando-se o CNPJ do estabelecimento destinatário da remessa ou transferência.

9.9. Quando for utilizado o transporte intermodal deverão ser apresentados apenas os documentos de transporte relativos à última modalidade de transporte utilizada. Os documentos comprobatórios das etapas de transporte anteriores deverão ser mantidos no estabelecimento de domicílio do arrematante, para eventual verificação pela Conab.

9.9.1. Na operação realizada por transporte rodoviário a comprovação será feita de uma única vez, por NNP, observando que uma Nota Fiscal de Venda para o comprador final corresponda a uma NNP. Admitir-se-á, entretanto, que uma NNP corresponda a mais de uma Nota Fiscal de Venda.

9.9.2. Na operação realizada por transporte aquaviário a comprovação será feita de uma única vez, observando que uma Nota Fiscal de Venda para o comprador final possa corresponder a mais de uma NNP. Nesse caso, entretanto, deverão ser comprovados, conjuntamente, todos as NNP'S que tiverem cobertura operacional na mesma Nota Fiscal.

9.10. A Conab, qualquer momento, poderá solicitar outros documentos necessários à análise da documentação apresentada.

9.11. Será devolvida formalmente ao arrematante toda documentação apresentada que não estiver em estrita consonância com o ítem 9 deste Aviso.

9.12. As Notas Fiscais deverão conter em seu corpo o nº da NNP a que se referem.

9.13. Para fins de comprovação, será admitida a variação de 1% (um por cento) a menor do quantitativo por contrato.

10. DO VALOR DO PRÊMIO DE RISCO A SER PAGO AO ARREMATANTE

10.1. O valor do prêmio de risco a ser pago será obtido pela diferença entre o preço de exercício e o preço de mercado, apurado na forma do subitem 10.2, considerando o deságio ocorrido no leilão de prêmio de risco (se houver).

10.2. O preço de mercado, para efeito de cálculo do prêmio de risco a ser pago, será baseado no preço médio à vista apurado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – Esalq/USP (CEPEA), no período de **12/06 a 16/06/2006**. Sobre este resultado serão aplicados os seguintes índices :

<i>Uf de origem</i>	<i>Índice a ser aplicado</i>
BA	0,7619
DF	0,8381
GO	0,8381
MS	0,7619
MA	0,7619
MG	0,8381
PA	0,6286
PI	0,7619
RO	0,6286
NORTE -MT	0,6286
SUL – MT	0,7619
TO	0,7619

10.3 A Conab divulgará até o dia **23/06/2006**, por meio de Comunicado, o valor máximo do prêmio de risco a ser pago.

11. DO RECEBIMENTO DO PRÊMIO RISCO

11.1. O arrematante só terá direito ao recebimento do prêmio após apresentação dos documentos de comprovação da operação de forma completa, correta e sem rasura, de uma única vez, no prazo e condições previstas neste Aviso.

11.2. Entende-se como completa e correta a entrega de toda a documentação pertinente exigida, sem ressalvas ou de forma parcial ou ainda sem condicionamentos, e condizente com este Aviso, rigorosamente correlata à atividade econômica em que participar do certame.

11.3. A conta corrente, a agência e o banco para recebimento do prêmio terão que ser a do arrematante do prêmio de risco, contendo o mesmo CNPJ ou CPF constante do DCO. No caso exclusivo de cooperativa, poderá ser indicado para recebimento do valor do prêmio o banco, a agência e a conta corrente de sua filial ou matriz, desde que tal informação conste no DCO, e que o CNPJ do credor seja informado por ocasião da formalização da operação.

11.4. O prêmio será pago proporcionalmente à quantidade de soja em grãos efetivamente escoada e comprovada, de acordo com os documentos constantes do item 9, no prazo máximo de até 10 úteis da data de comprovação.

11.5. Para efeito de cálculo do valor do prêmio a ser pago pelo produto adquirido por uma Indústria sediada na UF de origem do produto, adquirido por um comerciante e vendido a uma Indústria sediada na UF de origem do produto, ou adquirido por um comerciante e enviado para transformação a uma empresa terceirizada, deverá ser considerada a seguinte proporcionalidade de comprovação:

11.5.1. Para óleo de soja, 18% (dezoito por cento) da quantidade de soja remetida para industrialização.

11.5.2. Para farelo de soja, 79% (setenta e nove por cento) da quantidade de soja remetida para industrialização.

12. DO CANCELAMENTO DO PRÊMIO DE RISCO ARREMATADO EM LEILÃO: serão canceladas as operações que não atenderem às condições deste Aviso e do Regulamento para

Operacionalização da Oferta de Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agropecuário Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda – PROP nº 001/05 e neste Aviso.

13. DA INSPEÇÃO/FISCALIZAÇÃO

- 13.1. A CONAB, aleatoriamente e sempre que julgar necessário, efetuará inspeção / fiscalização junto aos produtores rurais e/ou suas cooperativas e aos arrematantes do prêmio de risco, objetivando certificar se todas as fases da operação estão sendo efetivamente cumpridas.
- 13.2. Neste caso, os produtores rurais e/ou cooperativas e arrematantes do prêmio de risco, deverão permitir o ingresso do representante da CONAB ou seu preposto, nas respectivas dependências de seus estabelecimentos, oferecendo-lhe todas as condições necessárias ao desempenho de seu trabalho, inclusive facultando-lhe acesso aos livros fiscais.

14. DAS INFRAÇÕES: será considerada infração, passível de punição, a prática de qualquer uma das condutas abaixo descritas, pelo arrematante do prêmio de risco:

- 14.1.1. Burlar ou distorcer os objetivos da operação prevista no Regulamento para Operacionalização da Oferta de Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agropecuário Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda – PROP nº 001/05 e neste Aviso.
- 14.1.2. Participar no leilão eletrônico de prêmio de risco, em situação irregular no SIRCOI, SICAF ou CADIN.
- 14.1.3. Não oferecer a quantidade de contrato privado de opção de venda correspondente a mesma quantidade arrematada em leilão de prêmio de risco.
- 14.1.4. Não efetuar o pagamento ao titular do contrato privado de opção de venda, que tenha exercido a opção de venda no prazo e no preço de referência estabelecido no Aviso específico.
- 14.1.5. Manifestar interesse no exercício da opção de venda de contrato privado e não efetivar a entrega do produto ao arrematante do prêmio de risco.

15. DAS PENALIDADES

- 15.1. Na infração prevista no subitem 14.1.1: inclusão do infrator no SIRCOI, pelo prazo de 02 (dois) anos, ficando impedido de participar de qualquer operação da Conab, sem prejuízo das demais penalidades/sanções cabíveis.
- 15.2. Na infração prevista nos subitens 14.1.2 a 14.1.4: inclusão do infrator no SIRCOI, ficando impedido de participar de qualquer operação da Conab, sem prejuízo das demais penalidades/sanções cabíveis.
- 15.3. Na infração prevista no subitem 14.1.5: inclusão do infrator no SIRCOI, pelo prazo de até 02 (dois) anos, ficando impedido de participar de qualquer operação da Conab, sem prejuízo das demais penalidades/sanções cabíveis, desde que essa providência seja solicitada pelo arrematante do Prêmio de Risco e confirmado o fato pela Conab.

- 15.4. Será cobrado do inadimplente enquadrado em qualquer um dos subitens 14.1.1 a 14.1.5, a título de multa, o valor correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor total da operação, entendendo-se por este a quantidade de produto arrematada no leilão de Prêmio de Risco multiplicada pelo preço de referência.
- 15.5. O inadimplente terá 15 dias após o recebimento da notificação da cobrança para realizar o pagamento da multa. Findo este prazo, a mesma será corrigida pela variação nominal do INPC ou outro índice que vier a ser instituído, acrescido de juros à razão de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização.
- 15.6. Será concedido ao infrator o prazo de 05 (cinco) dias úteis para o exercício de defesa, na aplicação de uma das penalidades previstas nos subitens 15.1 a 15.3.

16. DA REABILITAÇÃO

- 16.1. A reabilitação do inadimplente incurso no subitem 14.1.1 só se dará após decorrido o prazo de 02 (dois) anos e após o pagamento da multa prevista no item 15.4.
- 16.2. A reabilitação do inadimplente incurso no subitem 14.1.2 ou 14.1.3, se dará após o pagamento da multa prevista no item 15.4.
- 16.3. A reabilitação do inadimplente incurso no subitem 14.1.4 se dará após o pagamento da multa prevista no item 15.4 e mediante a comprovação de que a operação foi quitada e sanados todos os prejuízos causados ao titular do contrato privado de opção, em documento firmado pelas partes e com firma reconhecida em cartório.
- 16.4. A reabilitação do inadimplente, incurso no subitem 14.1.5 se dará após o pagamento da multa prevista no item 15.4 e mediante a comprovação de que o produto foi entregue e sanados todos os prejuízos causados ao arrematante do prêmio de risco, em documento firmado pelas partes e com firma reconhecida em cartório.
- 16.5. Ocorrendo reincidência, em Aviso distinto, por falta de pagamento, por não lançar quantidades de contratos privados de opção ou por não efetuar entrega do produto, o infrator só poderá retornar a transacionar com a Conab após uma carência mínima de 06 (seis) meses, contados a partir da data do efetivo pagamento da multa prevista no item 15.4.
- 16.6. A inadimplência cessará após o cumprimento das exigências estabelecidas nos itens 16.2. a 16.5 e até o 3º dia útil após a confirmação do crédito em conta corrente relativo ao pagamento da multa. Para tanto, o inadimplente deverá encaminhar à Conab, por meio da Bolsa pela qual operou, cópia do recibo de depósito bancário e identificação do nº do Aviso e do respectivo DCO, devendo o crédito ser feito à conta corrente n.º 170.500-8, código de depósito n.º 1351002221128867-5, agência do Banco do Brasil S/A. n.º 4201-3.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1. O prazo para a prática de eventual impugnação dos termos e das condições deste Aviso será de 02 (dois) dias, antes da data de realização do leilão, configurando-se a participação no leilão como renúncia a esse direito.
- 17.2. O interessado, ao participar deste certame, expressa automaticamente total concordância aos termos do Regulamento para Operacionalização da Oferta de Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agropecuário Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda - PROP nº 001/05 (disponível na página da Conab, no endereço www.conab.gov.br) e deste Aviso, não podendo alegar, posteriormente, desinformação sua ou de seu representante.
- 17.3. A Conab suspenderá ou cancelará as operações realizadas, no todo ou em parte, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte do adquirente ou de seus representantes, se constatada qualquer irregularidade ou inobservância aos termos do Regulamento para Operacionalização da Oferta de Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agropecuário Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda – PROP nº 001/05 e deste Aviso.
- 17.4. A Conab deverá ser notificada oficialmente caso haja divergência de qualidade do produto, devendo ser providenciada pelo lançador do Contrato Privado a classificação por órgão credenciado e habilitado pelo MAPA, sendo concedido um prazo adicional de 15 (quinze) dias úteis para a solução do problema.
- 17.5. Fica estabelecido o foro de Brasília/DF para conhecer e dirimir quaisquer dúvidas originárias do Regulamento para Operacionalização da Oferta de Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agropecuário Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda – PROP nº 001/05 e deste Aviso.
- 17.6. Os casos omissos serão julgados pela Conab.

MÔNICA AVELAR ANTUNES NETTO
SUPERINTENDÊNCIA DE OPERAÇÕES
SUPERINTENDENTE

PEDRO SERGIO BESKOW
DIRETORIA DE GESTÃO DE ESTOQUES
DIRETOR

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA

**COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB
DIRETORIA DE GESTÃO DE ESTOQUES - DIGES
SUPERINTENDÊNCIA DE OPERAÇÕES - SUOPE
GERÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO - GECOM**

**ANEXO I - AVISO DE LEILÃO DE PREMIO DE RISCO PARA AQUISIÇÃO DE SOJA EM
GRÃOS ORIUNDO DE CONTRATO PRIVADO DE OPÇÃO DE VENDA Nº 139/06**

LOTE EM OFERTA

LOTE	REGIÕES DE ORIGEM E ENTREGA DO PRODUTO	QUANTIDADE DE CONTRATOS	PREMIO POR CONTRATO R\$
1	BAHIA	2.941	1.575,00
2	DISTRITO FEDERAL	239	900,00
3	GOIÁS	9.474	900,00
4	MATO GROSSO DO SUL	6.606	1.575,00
5	MARANHÃO	1.467	1.575,00
6	MINAS GERAIS	3.897	900,00
6	PARÁ	379	2.700,00
7	PIAUI	916	1.575,00
8	RONDÔNIA	377	2.700,00
9	REGIÃO NORTE – MATO GROSSO*	18.467	2.700,00
10	REGIÃO SUL - MATO GROSSO*	5.927	1.575,00
11	TOCANTINS	1.163	1.575,00

* conforme Anexo VII

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA

**COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB
DIRETORIA DE GESTÃO DE ESTOQUES - DIGES
SUPERINTENDÊNCIA DE OPERAÇÕES - SUOPE
GERÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO – GECOM**

**ANEXO II - AVISO DE LEILÃO DE PRÊMIO DE RISCO PARA AQUISIÇÃO DE SOJA EM
GRAOS ORIUNDO DE CONTRATO PRIVADO DE OPÇÃO DE VENDA N.º 139/06**

EDITAL E AUTORIZAÇÃO PARA OFERTA DE CONTRATO PRIVADO DE OPÇÃO DE VENDA

1. Lançador do Contrato Privado de Opção de Venda:

Nome.....:		
Endereço...:		
Bairro.....:		CEP :
Cidade.....:		Estado :
CGC/CPF...:		Insc. Estadual :
Fone.....:		E-mail :
Atividade...:		
Banco.....:	Agência:	Conta Corrente:
Nº do Aviso de Prêmio de Risco:		

2. Especificação da Oferta

2.1. Do produto: soja em grãos, de acordo com o subitem 2.6 deste Edital.

2.2. Da unidade medida: contrato de 27 toneladas.

2.3. Da modalidade, do sistema e do local do leilão eletrônico: na modalidade “CARTELA”, por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab – SEC, em Brasília –DF.

2.4. Dos participantes: produtores rurais e/ou suas cooperativas.

2.4.1.Cada produtor só poderá participar com no máximo 110 (cento e dez contratos) contratos neste leilão.

2.4.2.Os produtores rurais e/ou suas cooperativas deverão apresentar Declaração na forma dos Anexos IV ou V, devendo o original ser encaminhado à Superintendência Regional da Conab, que jurisdiciona a UF do contrato arrematado até o **15º dia** da realização do leilão de Contratos Privados. A não apresentação da Declaração acarretará no cancelamento da operação.

2.4.2.1.O original da Declaração deverá conter assinatura com firma reconhecida em cartório e o atesto de Sindicatos de Produtores Rurais, Associações e Cooperativas de Produtores Rurais, Emater, Órgão de Extensão Rural e Prefeituras Municipais.

2.4.2.2.As declarações atestadas por associações e cooperativas de produtores só serão aceitas quando as mesmas não forem as arrematantes da operação. Caso o titular já tenha participado de Avisos anteriores e apresentado a Declaração, poderá encaminhar a cópia autenticada da Declaração para o cumprimento desta exigência.

2.4.3.O produtor rural não poderá arrematar título de Contrato Privado caso faça parte da empresa lançadora do contrato na qualidade de sócio e/ou arrendatário. Esta disposição não se aplica quando o lançador do contrato for uma cooperativa.

2.5. Da confirmação da operação: poderá ser emitida mais de uma Nota de Negociação Privada - NNP, por titular do Contrato Privado e por lote, desde que múltipla de 27 toneladas.

2.6. Do lote, da quantidade de contratos, UF de origem do produto, do endereço para entrega do produto, a ser definido pelo lançador do Contrato Privado, de acordo com o modelo constante no anexo III:

2.6.1. O lançador do contrato de opção, ao seu critério, poderá definir na indicação do lote, o tipo e porcentagem de grãos inteiros.

2.6.2. O produto poderá ser entregue em qualquer local situado na mesma UF do produto objeto do lote arrematado, desde que haja pacto entre as partes, até a data efetiva do exercício da opção e que o novo local também esteja cadastrado pela Conab.

2.7. Do valor de abertura do prêmio do Contrato Privado, por Estado de plantio do produto, que deverá ser cotado de forma crescente :

<i>Uf de origem</i>	<i>Valor de abertura do prêmio de contrato privado em R\$</i>
BA	21,15
DF	21,60
GO	21,60
MS	21,15
MA	21,15
MG	21,60
PA	20,25
PI	21,15
RO	20,25
NORTE -MT	20,25
SUL – MT	21,15
TO	21,15

2.8. Da data para pagamento do valor de fechamento do prêmio: até o 5º dia útil após a realização do leilão de lançamento de Contrato Privado de Opção de Venda, devendo estar disponível o valor correspondente na conta corrente do lançador do Contrato Privado, conforme dados informados no Edital.

2.9. Da data de vencimento do exercício da opção: **16/06/2006**. O titular do Contrato Privado, a seu livre arbítrio, tem a escolha do exercício da opção. Se optar pelo

exercício, tem a obrigação de efetuar a entrega do produto na especificação e no local indicado no Edital.

2.10. Da data máxima para confirmação do exercício da opção:

2.10.1. Pelo titular do Contrato Privado na Bolsa: **13/06/2006**.

2.10.2. Pela Bolsa na Conab: **16/06/2006**.

2.11. Do período para venda e entrega efetiva do produto: de **19/06 a 03/07/2006**.

2.12. Do período para pagamento do produto ao Titular do Contrato Privado: até **08** (oito) dias após a entrega efetiva do produto, podendo ser antecipado, desde que a data do pagamento seja igual ou posterior ao exercício da opção.

2.13. Do Preço de Exercício, por estado de plantio do sendo que o ICMS (se devido) e outros tributos serão de sua inteira responsabilidade, pautando-se na legislação tributária vigente na UF de origem do produto.

<i>Uf de origem</i>	<i>Preço de exercício – R\$ p/contrato</i>
BA	10.575,00
DF	10.800,00
GO	10.800,00
MS	10.575,00
MA	10.575,00
MG	10.800,00
PA	10.125,00
PI	10.575,00
RO	10.125,00
NORTE -MT	10.125,00
SUL – MT	10.575,00
TO	10.575,00

2.14. A cooperativa na condição de comerciante poderá condicionar a negociação de seus contratos privados pelos seus cooperados ativos, informando esta condição à Conab, na autorização de lançamentos dos contratos privados.

3. DOS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS PELO TITULAR DO CONTRATO PRIVADO DE OPÇÃO DE VENDA:

3.1. Pagar o prêmio de exercício ao lançador do Contrato Privado;

3.2. Manifestar interesse no exercício da opção, se for o caso;

3.3. Emitir as Notas Fiscais de venda, se houver o exercício da opção, com data igual a definida no subitem 2.11, sendo os dados de faturamento os mesmos do lançador do Contrato Privado e o local de entrega do produto o definido no Edital ou acordado entre as partes até o exercício da opção.

4. DAS INFRAÇÕES

4.1. Será considerada infração, passível de punição, a prática de qualquer uma das condutas abaixo descritas, pelo **Titular do Contrato Privado**:

4.1.1 - Burlar ou distorcer os objetivos da operação prevista no Edital.

4.1.2. – Não efetuar o pagamento do valor de fechamento do prêmio até a data prevista no item 02 deste Edital.

4.1.3 - Manifestar interesse no exercício da opção de venda e não efetivar a entrega do produto nas condições prevista no Edital.

5. DAS PENALIDADES

5.1. Na infração prevista no subitem 4.1.1: inclusão do infrator no SIRCOI pelo prazo de 02 (dois) anos, ficando impedido de participar de qualquer operação da Conab, sem prejuízo das demais penalidades/sanções cabíveis.

5.2. Na infração prevista nos subitens 4.1.2 e 4.1.3: inclusão do infrator no SIRCOI pelo prazo de até 02 (dois) anos, ficando impedido de participar de qualquer operação da Conab, sem prejuízo das demais penalidades/sanções cabíveis, desde que essa providência seja solicitada pelo lançador do Contrato Privado e confirmado o fato pela Conab.

5.3. Será cobrado do inadimplente enquadrado em qualquer um dos subitens 4.1.1 e 4.1.3, a título de multa, o valor correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor total da operação, entendendo-se por este a quantidade de produto arrematada multiplicada pelo preço de exercício.

5.4. Será cobrado do inadimplente enquadrado no subitem 4.1.2, a título de multa, o valor correspondente ao prêmio. Entende-se por este a quantidade produto arrematada multiplicada pelo valor de fechamento do prêmio.

5.5. O inadimplente terá 15 dias após o recebimento da notificação da cobrança para realizar o pagamento da multa. Findo este prazo, a cobrança será corrigida pela variação nominal do INPC ou outro índice que vier a ser instituído, acrescido de juros à razão de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização.

5.6. Será concedido ao infrator o prazo de 05 (cinco) dias úteis para o exercício de defesa, na aplicação de uma das penalidades previstas nos subitens 5.1 a 5.4.

6. DA REABILITAÇÃO

6.1. A reabilitação do inadimplente incurso no subitem 4.1.1 só se dará após decorrido o prazo de 02 (dois) anos e após o pagamento da multa prevista no item 5.4.

6.2. A reabilitação do inadimplente incurso no subitem 4.1.2 se dará após o pagamento da multa prevista no item 5.4 e mediante a comprovação de que foram sanados todos os prejuízos causados ao lançador do Contrato Privado, em documento firmado pelas partes e com firma reconhecida em cartório.

6.3. A reabilitação do inadimplente incurso no subitem 4.1.3 se dará após o pagamento da multa prevista no item 5.3 e mediante a comprovação de que a operação foi quitada e foram sanados todos os prejuízos causados ao lançador do Contrato Privado, em documento firmado pelas partes e com firma reconhecida em cartório.

6.4. A inadimplência cessará após o cumprimento das exigências estabelecidas nos itens 6.1. a 6.3 e até o 3º dia útil após a confirmação do crédito em conta corrente relativo ao pagamento da multa. Para tanto, o inadimplente deverá encaminhar à Conab, por meio da Bolsa pela qual operou, cópia do recibo de depósito bancário e identificação do nº do Edital e da respectiva NNP.

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 7.1. Não será admitida, em nenhuma hipótese, a transferência de Titularidade dos Contratos Privados.
 - 7.2. O titular do Contrato Privado terá que oficializar à Conab o não pagamento pelo produto entregue, para aplicação das sanções cabíveis junto ao lançador do Contrato Privado.
 - 7.3. A Conab deverá ser notificada oficialmente caso haja divergência de qualidade do produto, devendo ser providenciada pelo lançador do Contrato Privado a classificação por órgão credenciado e habilitado pelo MAPA, sendo concedido um prazo adicional de 15 (quinze) dias úteis para a solução do problema.
 - 7.4. Ao participar da operação o arrematante expressa, automaticamente, estar em total concordância com os termos deste Edital e aqueles objeto do Regulamento para Operacionalização da Oferta de Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agropecuário Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda – PROP n.º 001/05.
 - 7.5. Fica estabelecido o foro de Brasília/DF para conhecer e dirimir quaisquer dúvidas originárias deste Edital;
 - 7.6. A Conab se exime da responsabilidade quanto à qualidade, quantidade, prazos e demais condições previstas neste Edital, que serão de responsabilidade exclusiva dos lançadores/titulares do Contrato Privado de Opção de Venda;
 - 7.7. Os casos eventualmente não previstos ou disciplinados neste Edital serão dirimidos pela Conab.
8. Eu, acima qualificado como lançador, autorizo a Conab a dar conhecimento ao público e operacionalizar os Editais de Leilão de Contrato Privado de Opção de Venda, nas datas por ela definidas, e nos termos deste Aviso e do Regulamento para Operacionalização da Oferta de Premio de Risco para Aquisição de Produto Agropecuário Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda – PROP nº 001/05.

Local, data e assinatura do arrematante do prêmio de risco ou seu representante legal.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB
DIRETORIA DE GESTÃO DE ESTOQUES - DIGES
SUPERINTENDÊNCIA DE OPERAÇÕES - SUOPE
GERÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO – GECOM

ANEXO III – AVISO DE LEILÃO DE PRÊMIO DE RISCO PARA A AQUISIÇÃO DE SOJA EM GRÃOS ORIUNDO DE CONTRATO PRIVADO DE OPÇÃO Nº 139/06 (MODELO DE AUTORIZAÇÃO PARA OFERTA DE CONTRATO PRIVADO DE OPÇÃO DE VENDA)

1. Lançador do Contrato Privado de Opção de Venda:

Nome.....:		
Endereço...:		
Bairro.....:		CEP :
Cidade.....:		Estado :
CGC/CPF...:		Insc. Estadual :
Fone.....:		E-mail :
Atividade..:		
Banco.....:	Agência:	Conta Corrente:
Nº DCO:		

LOTE	TOLERÂNCIA MÁXIMA ADMITIDA	QUANTIDADE DE CONTRATOS	ENDEREÇO /ENTREGA DO PRODUTO	MUNICÍPIO/UF

Eu acima qualificado como lançador, autorizo a Conab a dar conhecimento ao público e operacionalizar os Editais de Leilão de Contrato Privado de Opção de Venda, nas datas por ela definidas, e nas condições estabelecidas no Aviso de PROP de -----nº ----/06 e do Regulamento para Operacionalização da oferta de Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agropecuário Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda – PROP nº 001/05.

Local, data e assinatura do arrematante do prêmio de risco ou seu representante legal.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB
DIRETORIA DE GESTÃO DE ESTOQUES - DIGES
SUPERINTENDÊNCIA DE OPERAÇÕES - SUOPE
GERÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO - GECOM**

ANEXO IV - AVISO DE LEILÃO DE PRÊMIO DE RISCO PARA A AQUISIÇÃO DE SOJA EM GRÃOS ORIUNDO DE CONTRATO PRIVADO DE OPÇÃO Nº 139/06

DECLARAÇÃO DO PRODUTOR RURAL

Eu..... (nome), CPF ou CNPJ nº....., declaro que o produto do objeto da operação do Contrato Privado de Opção de Venda de Milho em Grãos - NNP nº....., Aviso de PROP nº. xxx/06, pertence à minha produção, perfazendo um total dehá de área plantada, correspondente akg, localizado no município de UF....., fazenda.....-

Declaro ainda que me comprometo a vender o produto pelo preço de referência, sem desconto de qualquer natureza, de acordo com a tabela de preços divulgada pela Conab neste Aviso.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

.....
(assinatura do produtor com firma reconhecida)

.....
(Atestado pela EMATER, Órgão de Extensão Rural, Sindicatos de Produtores Rurais, Associações e Cooperativas de Produtores Rurais, Prefeituras Municipais)
(Atestado referente ao local da produção, área plantada e quantidade)

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB
DIRETORIA DE GESTÃO DE ESTOQUES - DIGES
SUPERINTENDÊNCIA DE OPERAÇÕES - SUOPE
GERÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO - GECOM**

**ANEXO V - AVISO DE LEILÃO DE PRÊMIO DE RISCO PARA A AQUISIÇÃO DE SOJA EM
GRÃOS ORIUNDO DE CONTRATO PRIVADO DE OPÇÃO Nº 139/06**

DECLARAÇÃO DE COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS

.....(nome a cooperativa), CNPJ nº....., declaro que o produto do objeto da operação do Contrato Privado de Opção de Venda de Milho em Grãos - NNP n.º....., Aviso de PROP nº. xxx/06, pertence à produção dos meus cooperados ativos, perfazendo um total de(somatório).....ha de área plantada, correspondente a(somatório).....kg, conforme relação abaixo.

NOME DOS PRODUTORES	CPF	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO O (kg)	ENDEREÇO/MUNICÍPIO/UF (*)

(*) endereço completo da área de produção, objeto da nota de negociação.

Declaramos, ainda, que nos comprometemos a pagar esses produtores o valor referente ao preço de referência do produto, sem descontos de qualquer natureza, de acordo com a tabela de preços divulgada pela Conab neste Aviso.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

.....
(assinatura da Cooperativa com firma reconhecida)

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB
DIRETORIA DE GESTÃO DE ESTOQUES – DIGES
SUPERINTENDÊNCIA DE OPERAÇÕES – SUOPE
GERÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO – GECOM**

ANEXO VI - AVISO DE LEILÃO DE PRÊMIO DE RISCO PARA AQUISIÇÃO DE SOJA EM GRÃOS ORIUNDO DE CONTRATO PRIVADO DE OPÇÃO DE VENDA Nº 139/06

RELAÇÃO E ENDEREÇO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CONAB

Superintendência Regional do Amazonas (AMAZONAS E ACRE)

Av. Min João Gonçalves, 2500 - Distrito Industrial

Cep: 69.075-830 - Manaus/AM

Fone: (92)613-2446

Fax: (92) 613-2460

am.sureg@Conab.gov.br

Superintendência Regional da Bahia (BAHIA E SERGIPE)

Rua Cônego Pereira Marinho, 7 – Sete Portas

Cep: 40.300-270 – Salvador/BA

Fone: (71)324-5700

Fax: (71)322-8014

ba.sureg@Conab.gov.br

Superintendência Regional do Ceará (CEARÁ)

Rua Antonio Pompeu, 555 - Centro

Cep: 60.040-001– Fortaleza/CE

Fone: (85)252-1722

Fax: (85)231-7300

ce.sureg@Conab.gov.br

Superintendência Regional do Espírito Santo (ESPÍRITO SANTO)

Av. Princesa Isabel, 629 - Centro

Cep: 29.010-904– Vitória/ES

Fone: (27)3222-4022

Fax: (27)3223-2892

es.sureg@Conab.gov.br

Superintendência Regional de Goiás (GOIÁS)

Av. Meia Ponte, 2748 – Santa Genoveva

Cep: 74.670-400– Goiania/GO

Fone: (62)232-4301

Fax (62)232-4312

go.sureg@Conab.gov.br

Superintendência Regional do Maranhão (MARANHÃO)

Av. Jerônimo Albuquerque, 6 - Vinhais

Cep: 65.071-750 – São Luis/MA

Fone: (98)216-1000

Fax: (98)216-1020

ma.sureg@Conab.gov.br

Superintendência Regional de Mato Grosso (MATO GROSSO)

Rua Padre Jerônimo Botelho, 510 – Dom Aquino

Cep: 78.015-240– Cuiabá/MT

Fone: (65)616-3800

Fax: (65)624-5280

mt.sureg@Conab.gov.br

Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul (MATO GROSSO DO SUL)

Rua Dom Aquino, 2383 - Centro

Cep: 79.002-183 – Campo Grande/MS

Fone: (67)382.1502

Fax: (67)321-2940

ms.sureg@Conab.gov.br

Superintendência Regional de Minas Gerais (MINAS GERAIS)
R. Professor Antonio Aleixo, 756-Bairro de Lourdes
Cep: 30.180-150– Belo Horizonte/MG
Fone: (31)3290-2700
Fax: (31)3290-2784
mg.sureg@Conab.gov.br

Superintendência Regional do Pará (PARÁ, AMAPÁ E RORAIMA)
R. Joaquim Nabuco, 23 - Nazaré
Cep: 66.055-300 – Belém/PA
Fone: (91)225-4366
Fax: (91)224-2728
pa.sureg@Conab.gov.br

Superintendência Regional da Paraíba (PARAÍBA)
Av.Tabajaras, 847 - Centro
Cep: 58.013-270 – João Pessoa/PB
Fone: (83)241-6722
Fax: (83)241-3420
pb.sureg@Conab.gov.br

Superintendência Regional do Paraná (PARANÁ)
Rua Mauá, 1116 – Alto da Glória
Cep: 80.030-200 – Curitiba/PR
Fone: (41)313-2700
Fax: (41)313-2742
pr.sureg@Conab.gov.br
UA APUCARANA
BR 376, km 5
Cep: 86.813-240 – Apucarana/PR
Fone: (43)423-9124
Fax: (43)423-9124
Conabapucarana@uol.com.br
UA CAMBÉ
Rua Belo Horizonte, 2726
Cep: 86.181-020 – Cambé/PR
Fone: (43)254-3200
Fax: (43)254-3200
Conab@onda.com.br

Superintendência Regional de Pernambuco (PERNAMBUCO E ALAGOAS)
Estrada do Barbalho, 960 - Iputinga
Cep: 50.690-000 - Recife/PE
Fone: (81)3271-3311
Fax: (81)3271-3488
pe.sureg@Conab.gov.br

Superintendência Regional do Piauí (PIAUI)
Rua Honório de Paiva, 475 A/Sul - Piçarra
Cep: 64.001-510 – Teresina / PI
Fone: (86)221-4131
Fax: (86)221-6496
pi.sureg@Conab.gov.br

Superintendência Regional do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO)
Rua da Alfândega, 91 - 12º andar - Centro
Cep: 20.070-003 – Rio de Janeiro/RJ
Fone: (21) 3861-5750
Fax: (21)2252-1785
rj.sureg@Conab.gov.br

Superintendência Regional do Rio Grande do Norte (RIO GRANDE DO NORTE)

Av. Jerônimo Câmara, 1814 – Lagoa Nova

Cep: 59.060-300 - Natal/RN

Fone: (84)234-8743

Fax: (84)234-3048

rn.sureg@Conab.gov.br

Superintendência Regional do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL)

Rua Quintino Bocaiuva, 57 - Floresta

Cep: 90.440-051 – Porto Alegre/RS

Fone: (51)3326-6400

Fax: (51)3326-6464

rs.sureg@Conab.gov.br

Superintendência Regional de Rondônia (RONDÔNIA)

Av. Farquar, 3305 - Pedrinhas

Cep: 78.904.660 – Porto Velho/RO

Fone: (69)216.8400

Fax (69)216.8419

ro.sureg@Conab.gov.br

Superintendência Regional de Santa Catarina (SANTA CATARINA)

BR 101- Km 205 - Barreiros

Cep: 88.110-200 – São José / SC

Fone: (48)3381-7224

Fax (48)3381-7233

sc.sureg@Conab.gov.br

Superintendência Regional de São Paulo (SÃO PAULO)

Av. Mofarrej, 348 – Vila Leopoldina

Cep: 05.311-000 – São Paulo/SP

Fone: (11)3649-4800

Fax (11)3645-3335

sp.sureg@Conab.gov.br

Superintendência Regional de Tocantins (TOCANTINS)

Quadra 103 Norte, Rua NO 01, Lotes 33/35 – Plano Diretor Norte

Cep: 77.001-016 – Palmas/TO

Fone: (63)218-7401

Fax (63)215-2946

to.sureg@Conab.gov.br

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB
DIRETORIA DE GESTÃO DE ESTOQUES – DIGES
SUPERINTENDÊNCIA DE OPERAÇÕES – SUOPE
GERÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO – GECOM**

**ANEXO VII - AVISO DE LEILÃO DE PRÊMIO DE RISCO PARA AQUISIÇÃO DE SOJA EM
GRÃOS ORIUNDO DE CONTRATO PRIVADO DE OPÇÃO DE VENDA Nº 139/06**

MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A REGIÃO NORTE DO MATO GROSSO

ÁGUA BOA
ALTA FLORESTA
ALTO BOA VISTA
APIACÁS
ARAGUAIANA
ARAPUTANGA
ARIPUANÃ
BARRA DO BUGRES
BARRA DO GARÇAS
BOM JESUS DO ARAGUAIA
BRASNORTE
CAMPINÁPOLIS
CAMPO NOVO DO PARECIS
CAMPOS DE JÚLIO
CANABRAVA DO NORTE
CANARANA
CASTANHEIRA
CARLINDA
CLÁUDIA
COCALINHO
COLÍDER
COLNIZA
CONFRESA
CONQUISTA D'OESTE
COMODORO
COTRIGUAÇU
DENISE
DIAMANTINO
FELIZ NATAL
FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
INDLAVAI
ITAÚBA
JAURU
JUARA
JUÍNA
LUCAS DO RIO VERDE
JURUENA
LAMBARI D'OESTE
LUCIÁRA
GAÚCHA DO NORTE
GLÓRIA D'OESTE
GUARATANÃ DO NORTE
NOBRES
NOVA BANDEIRANTES
NOVA BRASILÂNDIA
NOVA CANAÃ DO NORTE
NOVA GUARITA
NOVA LACERDA
NOVA MARINGÁ
NOVA MONTE VERDE
NOVA MUTUM
NOVA NAZARÉ
NOVA OLÍMPIA
NOVA SANTA HELENA

NOVA UBIRATÃ
NOVA XAVANTINA
NOVO HORIZONTE DO NORTE
NOVO MUNDO
NOVO SANTO ANTÔNIO
NOVO SÃO JOAQUIM
MARCELÂNDIA
MATUPÁ
MIRASSOL D'OESTE
PARAIBINHA
PARANATINGA
PEIXOTO DE AZEVEDO
PLANALTO DA SERRA
PONTES E LACERDA
PORTO ALEGRE DO NORTE
PORTO DOS GAÚCHOS
PORTO ESPERIDIÃO
PORTO ESTRELA
QUERÊNCIA
RESERVA DO CABAÇAL
RIBEIRÃO CASCALHEIRA
RIO BRANCO
RONDOLÂNDIA
SANTA CRUZ DO XINGU
SANTA TEREZINHA
SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA
SÃO JOSÉ DO RIO CLARO
SÃO JOSÉ DO XINGU
SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS
SANTA CARMEM
SANTA RITA DO TRIVELATO
SANTO ANTÔNIO DO LESTE
SALTO DO CÉU
SAPEZAL
SERRA NOVA DOURADA
SINOP
SORRISO
TABAPORÃ
TANGARÁ DA SERRA
TAPURAH
TERRA NOVA DO NORTE
UNIÃO DO SUL
VALE DE SÃO DOMINGOS
VERA
VILA BELA DE SANTÍSSIMA TRINDADE
VILA RICA

MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A REGIÃO SUL DO MATO GROSSO

ACORIZAL
ALTO ARAGUAIA
ALTO GARÇAS
ALTO PARAGUAI
ALTO TAQUARI

ARAGUAINHA
ARENÁPOLIS
BARÃO DE MELGAÇO
CÁCERES
CAMPO VERDE
CHAPADA DOS GUIMARÃES
CUIABÁ
CURVELÂNDIA
DOM AQUINO
GENERAL CARNEIRO
GUIRATINGA
ITIQUITA
JACIARA
JANGADA
JUSCIMEIRA
NORTELÂNDIA
NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO
NOVA MARILÂNDIA
PEDRA PRETA
POCONÉ
PONTAL DO ARAGUAIA
PONTE BRANCA
POXORÉO
PRIMAVERA DO LESTE
RIBEIRÃOZINHO
RONDONÓPOLIS
ROSÁRIO OESTE
SÃO JOSÉ DO POVO
SÃO PEDRO DA CIPA
SANTO AFONSO
SANTO ANTONIO DO LEVERGER
TESOURO
TORIXORÉU
VÁRZEA GRANDE